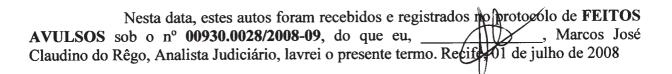




### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5º REGIÃO CORREGEDORIA-GERAL

#### **TERMO DE RECEBIMENTO**



# TERMO DE REVISÃO DE FOLHAS

Contêm estes autos 31(trinta e uma) folhas, todas numeradas e rubricadas, do que eu, \_\_\_\_\_\_, Marcos José Claudino do Rêgo, Analista Judiciário, lavrei o presente termo. Reo fe/PE, 01 de julho de 2008





#### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO WILDO

FEITO AVULSO Nº 00930.0028/2008-09

**AUTOR** 

: ADELSON ALVES DA SILVA (Advogado)

**ASSUNTO** 

: USO INDEVIDO DO NÚMERO DA OAB EM AÇÕES NA

: JUSTIÇA FEDERAL

RELATOR

: Des. Fed. FRANCISCO WILDO (Corregedor-Geral)

## **DECISÃO**

Trata-se de feito avulso protocolado pelo advogado ADELSON ALVES DA SILVA com o desiderato de que esta Corregedoria instaure processo administrativo para apurar os motivos pelo qual o número de sua Carteira da OAB (395-A) está sendo usando indevidamente por terceiros, inclusive para retirar valores, visto que jamais atuou na área da previdência social, mormente patrocinando causas contra o INSS.

Diante do noticiado, os autos foram encaminhados à Secretaria Judiciária desta egrégia Corte para manifestação sobre os fatos narrados pelo autor (fls. 32).

Aos 21 de agosto de 2008, a Dr. Telma Motta, Diretora da Secretaria Judiciária, encaminhou o presente feito à Divisão de Precatório que, segundo ela, pode esclarecer o que afirma o requerente. (fls. 33).

Documentos acostados pela Divisão de Precatório às fls. 34/40.

Passo a decidir.

Apesar da comprovação de que as RPVs n°s. 144.590/PE, 150.332/PE, 153.863/PE e 157.60/PE (fls. 34/39) foram expedidas incorretamente, ou seja, com o nome do **Dr**. **ADELSON ALVES DA SILVA**, quando deveria ser o de Dr. CÍCERO EMERICIANO DA SILVA, entendo que não há a necessidade de instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidades.

No caso, não vislumbro a existência de dolo, com o intuito de prejudicar este ou aquele advogado. Explico. Nota-se que o número da Carteira da OAB dos dois advogados são muito semelhantes (395-A/PE, Dr. ADELSON ALVES DA SILVA e 397-A/PE, Dr. CÍCERO EMERICIANO DA SILVA). Por isso, comungo da mesma opinião da Sr<sup>a</sup>. Bárbara Fernandes (Gerente de Projetos desta Corte, Subsecretaria de Informática, fls. 40), quando ela afirma que "pode ter ocorrido erro na digitação do processo ou até mesmo troca de OAB (o que acho mais provável pela parte da distribuição)".

m





#### PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO WILDO

FA n°. 00930.0028/2008-09 (D-2)

Também pode ter ocorrido uma falha na importação de dados dentro dos sistemas (Creta, Esparta, Tebas). É que, segundo informações do Sr. Robério Ferraz da Divisão de Precatório, sendo os números de Carteira de OAB dos advogados bastante semelhantes, "por ocasião da importação, acredito que havia inconsistências nesses números de OAB: ou o Cícero estava com 395-A/PE no Creta e, posteriormente, foi retificado para 397-A/PE; ou o Adelson estava com 397-A/PE no Esparta e, posteriormente, foi retificado para 395-A/PE. Isso explicaria a falha na associação" (fls. 40). Como se vê, observo que a presença do dolo, na espécie, ficou refutada pelas informações supracitadas (fls. 40).

Explicações à parte, não posso deixar de tecer alguns comentários sobre o episódio. Não desconheço a escassez de pessoal na maioria dos setores desta egrégia Corte. Sei também que é imensa a sobrecarga de trabalho exercida por cada funcionário. Mas tais dificuldades podem e devem ser superadas com mais empenho e dedicação no exercício das atribuições, até para justificar a reputação dos servidores desta Casa de possuírem alto grau de eficiência profissional no desempenho dos cargos e funções.

Por isso, ao meu sentir, os setores responsáveis pela tramitação das RPVs devem ter mais cuidado para que outros equívocos, como este, não venham a se repetir, mormente porque envolvem valores a receber pelas partes e por seus advogados.

Diante disso, recomendo aos Diretores ou Responsáveis pelas Divisões de Precatório, Informática e Distribuição que tomem providências no sentido de que equívocos, como os ocorridos neste Feito Avulso (fls. 02 e 34/39), não venham a se tornar uma constante, comprometendo a prestação da atividade jurisdicional.

Dê-se ciência a todos os envolvidos. Após, arquive-se.

Recife (PE), 18 de novembro de 2008.

Des. Fed. FRANCISCO WIL Corregedor Geral